



COMISSÃO JUSTIÇA E PAZ

ARQUIDIOCESE DE BRASÍLIA

ENTREVISTA COM D. DAMASCENO

Dom Raymundo Damasceno Assis é Cardeal, Arcebispo de Aparecida (SP). Foi ordenado presbítero em 19/03/1968, e sua ordenação episcopal ocorreu em 15/09/1986 em Brasília (DF). Antes do episcopado foi Professor no Seminário Maior e na Universidade de Brasília – UnB (1976-1986). Foi Bispo Auxiliar de Brasília-DF (1986-2004); Secretário-Geral do CELAM (1991-1995); Secretário-Geral da IV Conferência Geral do Episcopado Latino-americano (Santo Domingo); Secretário-Geral da CNBB (1995-1998) e (1999-2003); Delegado ao Sínodo Especial para a África, Sínodo sobre a vida religiosa, como convidado; Delegado à Assembleia Especial do Sínodo dos Bispos para a América por eleição da Assembleia da CNBB e confirmado pelo Papa João Paulo II (1997); Membro do Pontifício Conselho para as Comunicações; Membro do Departamento de Comunicação do CELAM; Membro da Comissão para a Comunicação, Educação e Cultura da CNBB (2003-2007); Delegado do CELAM (2007); Presidente do CELAM; Membro da Pontifícia Comissão para a América Latina - CAL (2009); Sínodo para a África (2009). Atualmente é Presidente da CNBB.

Seu lema é: “In Gaudium Domini” (Na alegria do Senhor).

Eis a entrevista:

CJP: Em que condição o senhor participou da III Assembleia Geral Extraordinária do Sínodo dos Bispos sobre a Família? Como foi este seu trabalho? Foi um trabalho difícil de realizar?

Resposta: Nas Assembleias Extraordinárias do Sínodo dos Bispos, os Presidentes das Conferências Episcopais participam na qualidade de membros *ex officio* (pela função que exercem). Portanto, como Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, minha participação no Sínodo estaria já garantida, como um dever e, evidentemente, uma alegria. Mas, além disso, o Santo Padre quis nomear-me com Presidente Delegado. Recebi a nomeação com profunda gratidão, com a consciência



COMISSÃO JUSTIÇA E PAZ

ARQUIDIOCESE DE BRASÍLIA

de que tal escolha do Papa honra toda a nossa Conferência, como também a Igreja no Brasil.

O trabalho de Presidente delegado consistiu em presidir várias sessões do Sínodo e participar de reuniões onde se tinha de tomar algumas decisões referentes aos trabalhos. Portanto, foi um trabalho que exigiu atenção e reflexão, mas não poderia dizer que foi difícil.

CJP: O *Instrumentum Laboris* da III Assembleia representou um grande esforço de reunir as contribuições de toda a Igreja ao Documento Preparatório. O senhor acredita que as contribuições da Igreja do Brasil foram bem contempladas neste documento? Retratam a realidade das famílias brasileiras?

Resposta: O *Instrumentum Laboris* (Instrumento de Trabalho) é um documento preparado pela Secretaria do Sínodo dos Bispos com base no qual toda a primeira etapa do Sínodo se desenvolve. Cada Padre Sinodal (assim são chamados os membros do Sínodo com direito a voz e voto), em sua intervenção inicial, era convidado a indicar um ou mais números desse documento como referência de sua fala. Isso evidencia já a importância de tal instrumento.

CJP: O que o senhor destacaria como de mais importante neste *Instrumentum Laboris*? O que mais lhe chamou a atenção neste documento?

Resposta: O que destaque com mais importante do *Instrumentum Laboris* desta Assembleia do Sínodo é a exatidão com que descreveu a realidade da família nas várias partes do mundo.

CJP: Qual foi o principal objetivo desta III Assembleia Geral? Este objetivo foi plenamente alcançado?

Resposta: Na Vigília de Oração celebrada na Praça de São Pedro no sábado que antecedeu o início do Sínodo, o Papa Francisco indicou em três pontos os objetivos do Sínodo: escutar, olhar e debater. Escutar Deus e o Povo. Olhar para Cristo de modo



COMISSÃO JUSTIÇA E PAZ

ARQUIDIOCESE DE BRASÍLIA

contemplativo. Debater com liberdade os pontos de vista de cada participante. Em minha avaliação, os três objetivos foram alcançados e a estrada de discussão dos principais pontos que emergiram dessa Assembleia Sinodal continua aberta à participação de todos.

CJP: Tivemos a oportunidade de acompanhar muitas notícias na imprensa em geral sobre a III Assembleia, inclusive depoimentos do senhor. Dava a impressão de que havia um Sínodo noticiado e um Sínodo real acontecendo em Roma. No noticiário, dizia-se que a Igreja iria legitimar as segundas uniões. Há mudanças de doutrina em vista neste sentido?

Resposta: Foi voz corrente essa avaliação de que houve “dois Sínodos”. Eu não penso assim. Foi um Sínodo muito aberto. A imprensa teve acesso a todas as informações relevantes. As diferenças na avaliação dos temas específicos e na manifestação de expectativas são normais. Às vezes pode acontecer que o destaque de uma ou outra questão, uma ou outra interpretação ou expectativa gerem entendimentos insuficientes ou até parciais. Em algumas entrevistas e depoimentos, eu mesmo me empenhei em ajudar a superar as visões muito parciais a respeito do debate sinodal. Mas, repito, em uma sociedade democrática, pluralista e que valoriza a liberdade de expressão, mesmo os entendimentos insuficientes são parte de um processo de formação da opinião pública.

“Legitimar as segundas uniões” é uma expressão que não foi usada no Sínodo. O que ocupou longamente nossa atenção foi a busca de modalidades para que os casais que se encontram nessa situação possam viver com plenitude sua pertença à Igreja em tudo o que seja possível. Diversas propostas foram apresentadas neste sentido e se debateu amplamente a respeito delas. Como não era objetivo desta Assembleia Extraordinária do Sínodo tomar decisões, mas conhecer com exatidão as situações concretas das famílias e interpretá-las a partir da Sagrada Escritura, da Tradição vida da Igreja, do Magistério eclesial e da compreensão atual das situações e dos temas,



COMISSÃO JUSTIÇA E PAZ

ARQUIDIOCESE DE BRASÍLIA

não se chegou ainda a conclusões. Mas, isso é certo, não se propõe nenhuma mudança doutrinal. Discutem-se, isto sim, medidas pastorais.

CJP: Quais são as principais diferenças entre o Relatório após as Discussões e o Relatório Conclusivo da Assembleia? Houve muitas mudanças?

Resposta: A respeito das diferenças entre o Relatório Após as Discussões (intermediário no processo dos debates da Assembleia) e o Relatório do Sínodo (final) também muito já se comentou. Em geral, falou-se de um recuo do documento final. Entre esses dois documentos houve os trabalhos em grupos – lá chamados de círculos menores. E o trabalho consistia justamente em rever o Relatório Após as Discussões, apresentando todo tipo de modificação que cada grupo julgasse necessário (modificações, acréscimos, supressões). Depois, os relatórios dos Grupos foram sintetizados e as propostas foram novamente debatidas.

Eu diria que se trata de uma metodologia de trabalho que é mais que democrática. Ela exprime a natureza da Igreja, que é comunhão. Era natural que o Relatório intermediário fosse modificado profundamente, tornado mais preciso e expressasse melhor a média da opinião geral dos participantes. As questões debatidas ficaram ainda abertas ao debate. Mesmo os parágrafos que não atingiram os dois terços de votos, exigidos pelo regulamento, foram publicados e continuam abertos ao debate nas Dioceses e Conferências Episcopais.

CJP: As repercussões na imprensa eram de muitos embates durante a Assembleia e não a busca de convergência e de consenso entre seus participantes. É verdade isso?

Resposta: Eu peço licença para precisar os termos da pergunta. Embate, em nossa língua, conota choque entre partes adversas. Convergência indica a chegada a um ponto comum por meio da persuasão gerada pelo esclarecimento das várias interpretações e expectativas. Consenso sugere a ideia de um acordo em que cada parte abre mão de algo para se chegar a uma conclusão parcialmente satisfatória.



COMISSÃO JUSTIÇA E PAZ

ARQUIDIOCESE DE BRASÍLIA

Desses três termos, penso que o segundo seja o mais adequado para descrever os debates do Sínodo.

Não se tratava de uma disputa para ver quem tinha argumentos mais brilhantes ou dispunha de maior poder. Nem muito menos de uma negociação sobre pontos de interesses divergentes. Tratou-se, isso sim, de debater sobre a interpretação mais adequada das várias situações em que se encontram as famílias atuais e sobre possíveis soluções pastorais para as mesmas. As divergências que se manifestaram, dentro e fora da Assembleia Sinodal, expressam compreensões diferentes e expectativas diversificadas. A exposição convicta dos argumentos é parte de um processo autêntico de busca de soluções reais. A busca de consenso autêntico continua sendo a meta do processo sinodal no qual nos encontramos. Consenso autêntico significa concordância. E esta palavra vem do latim con (cum), que significa união e cor, cordis, que significa coração. Trata-se, portanto de “união dos corações”. Neste caso, união em torno da fé, da verdade revelada e da missão pastoral da Igreja.

CJP: Explique, por favor, como se darão as contribuições das Dioceses para o Sínodo 2015? Como se dará este discernimento espiritual de toda a Igreja?

Resposta: Uma das novidades do momento eclesial que estamos vivendo se descreve com a expressão “processo sinodal”. Trata-se de um percurso de aproximadamente dois anos de intensa concentração de nossa atenção sobre a família, seus desafios e suas perspectivas. Um ano foi aplicado na preparação da III Assembleia Geral Extraordinária, e outro ano na preparação da 14ª Assembleia Geral Ordinária. Ambas em torno da família. O Relatório do Sínodo de 2014 é a base da preparação para o Sínodo de 2015. Isto é algo que está certo.

A preparação da próxima Assembleia Sinodal já começou. Foram renovadas as nomeações dos Presidentes delegados, os Cardeais A. Vingt-Trois, Arcebispo de Paris, L. Tagle, Arcebispo de Manila, a minha nomeação, e a esse grupo de Presidentes Delegados foi acrescentado o Card. W. Napier, Arcebispo de Durban, África do Sul.



COMISSÃO JUSTIÇA E PAZ

ARQUIDIOCESE DE BRASÍLIA

Mas ainda aguardamos as orientações que serão dadas pela Secretaria Geral do Sínodo dos Bispos para que as Dioceses possam dar sua contribuição para o Sínodo de 2015.